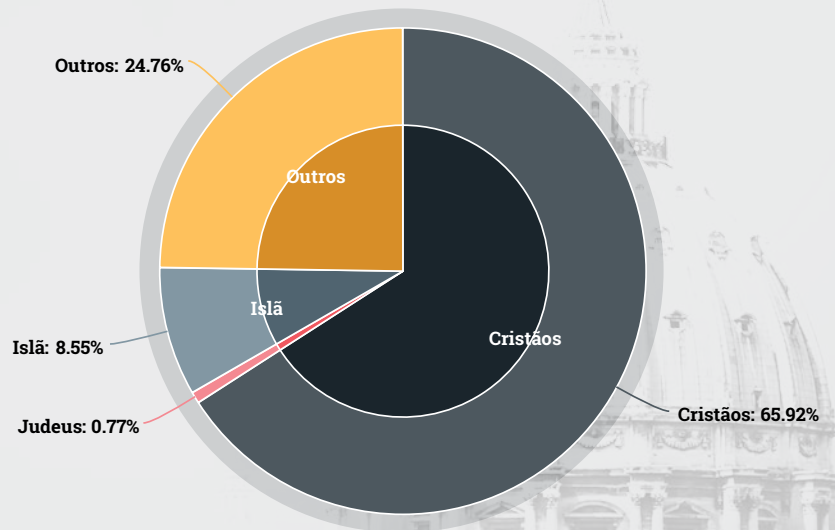
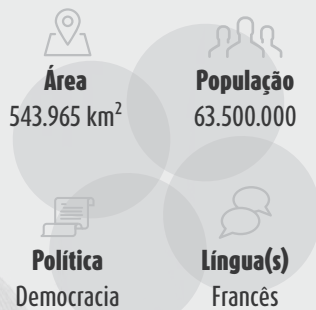


França



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

A Constituição francesa de 4 de outubro de 1958 estabelece que o país é um Estado secular: "Artigo 1º: A França é uma república indivisível, secular, democrática e social. A França garante a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem, raça ou religião. A França respeita todas as crenças." Os artigos 1º e 2º da Lei francesa de 1905 dão uma descrição do que significa na França uma "república secular": "Artigo 1º: A república garante a liberdade de consciência. Garante o livre exercício da religião, sob restrições fixadas pelo interesse na ordem pública. Artigo 2º: A república não reconhece, remunera ou subsidia qualquer denominação religiosa."

Na França, o Estado é proprietário da maior parte dos locais de culto e de outros edifícios religiosos. Isto data do tempo da Lei de 1905 sobre a Separação entre as Igrejas e o Estado, aprovada pela Câmara dos Deputados em 9 de dezembro de 1905. A lei baseou-se em três princípios: a neutralidade do Estado, a liberdade de exercício da religião e os poderes públicos relacionados com a Igreja. Esta lei é vista como a espinha dorsal do princípio francês da laicidade. Ela levou à expulsão de muitas ordens religiosas e ao fechamento da maior parte das escolas católicas. A maior parte dos edifícios das Igrejas foram declarados propriedade do Estado, mas foram disponibilizados à Igreja para atividades religiosas.

De acordo com esta lei, o Governo não pode ajudar diretamente os grupos religiosos através do financiamento para a

construção de novas mesquitas, igrejas, sinagogas ou templos. Apesar disso, o Governo pode disponibilizar garantias de empréstimo ou arrendar a propriedade a grupos a taxas vantajosas. O Governo também isenta os locais de culto dos impostos sobre a propriedade.

Há três territórios franceses onde a Lei da Separação de 1905 não se aplica: a Alsácia Lorena que fez parte do Império Alemão durante a aprovação da lei de 1905, a Guiana Francesa que foi governada sob leis coloniais, e os Departamentos e Territórios Ultramarinos Franceses.

As escolas públicas são seculares. Por lei, o Governo subsidia escolas privadas (majoritariamente católicas). Em 98% das escolas privadas, o Governo paga os salários dos professores, desde que a escola aceite todas as crianças independentemente da sua filiação religiosa.

Lei dos Sinais Religiosos Visíveis

Em março de 2004, o Parlamento francês adotou uma lei que proíbe os alunos das escolas públicas de usarem vestuário ou insígnias que "manifestem visivelmente uma filiação religiosa". A lei foi adotada por uma esmagadora maioria de 494 contra trinta e seis votos na Assembleia Nacional, 276 contra vinte votos no Senado, e foi fortemente apoiada pela opinião pública em toda a França.

Lei da Ocultação Total do Corpo

Em 1 de outubro de 2010, Nicolas Sarkozy, então presidente da França, promulgou a lei "que proíbe a ocultação do rosto no espaço público". Esta lei tornou o uso do niqab (que apenas mostra os olhos) ou da burca (véu que cobre todo o rosto) punível com uma multa até 150 euros.

A lei proíbe que se oculte o próprio rosto em locais públicos, incluindo transportes públicos, edifícios do Governo e outros espaços públicos como restaurantes e cinemas. Se a polícia encontrar alguém num espaço público usando uma máscara ou burca, está legalmente obrigada a pedir que a pessoa a retire para verificar a sua identidade.

As pessoas que coagirem uma mulher cobrindo o rosto através de ameaça, violência, força ou abuso de poder ou autoridade, estão sujeitas a uma multa de 30 mil euros e podem receber uma pena de até um ano de prisão. A multa e a pena de prisão dobram se a vítima for menor.

Lei das Seitas

Na América, Europa e Ásia, uma série de atrocidades violentas na década de noventa, incluindo suicídio e assassinatos, aparentemente ligadas a seitas, desencadearam que alguns países da Europa, especificamente a França, tomassem medidas para proteger os cidadãos. Em 29 de junho de 1995, a Assembleia Nacional adotou unanimemente uma resolução que criou uma comissão de inquérito “para estudar o fenómeno das seitas”. Em 9 de maio de 1996, foi criado por decreto um Observatório Interministerial das Seitas. De 1996 a 1998, foram iniciados programas de formação e sensibilização para agentes da polícia, procuradores estatais, juizes e professores a fim de reforçar o controle das seitas por parte das agências governamentais e do Estado. Em 7 de outubro de 1998, o presidente e o primeiro-ministro assinaram um decreto que criou a *Mission Inter-ministérielle de lutte contre les sectes* (MILS – Missão Interministerial de Luta contra as Seitas). Em 1º de dezembro de 1998, o Ministério da Justiça enviou ao pessoal do gabinete do Ministério Público uma circular para pedir aos procuradores e juizes que trabalhassem com associações antisseitas, como a UNADFI e o CCMM “para combater os ataques a pessoas ou propriedade privada cometidos por grupos de natureza sectária”. Em 15 de dezembro de 1998, as autoridades criaram uma comissão parlamentar de inquérito às finanças, imóveis e situação fiscal das seitas. Em 30 de maio de 2001, todos os grupos parlamentares da Assembleia Nacional adotaram por unanimidade a controversa Lei *About-Picard* que fortalecia o arsenal legislativo usado para reprimir as atividades dos grupos religiosos minoritários e dos seus membros. Em 28 de novembro de 2002, um decreto presidencial foi adotado para substituir a controversa MILS pela MIVILUDES (Missão Interministerial para Monitoria e Combate aos Desvios de Culto). Desde então, mais leis e decretos destinados a cultos prejudiciais foram adotados.

INCIDENTES

Algumas questões muçulmanas

Terrorismo em nome da religião

Em Paris, na noite de 13 de novembro de 2015, homens bombas e atiradores atacaram uma sala de concertos, um grande estádio, restaurantes e bares, matando 130 pessoas e ferindo centenas. De acordo com o procurador principal de Paris, François Molins, os ataques quase simultâneos foram

realizados por “três equipes coordenadas”^[1] e no dia seguinte o grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) reivindicou a responsabilidade.^[2] Duas semanas mais tarde, o ministro do Interior de França, Bernard Cazeneuve, disse que a polícia tinha detido 232 pessoas e fechado três mesquitas no âmbito das leis de emergência aprovadas na sequência dos ataques de Paris.^[3] O ministro disse que a polícia tinha realizado 2.235 operações apreendendo 334 armas, incluindo vinte e quatro armas de uso militar. Em resposta aos ataques de Paris, Anouar Kbibech, presidente do Conselho Francês do Culto Muçulmano (CFCM), disse que iria criar uma autorização de pregação para os imãs, numa tentativa de erradicar os extremistas e promover um “Islamismo tolerante e aberto”, bem como um novo órgão religioso para combater a propaganda jihadista.^[4]

O estado de emergência foi prolongado até julho, depois do Campeonato Europeu de 2016 ter decorrido na França. Dias após o torneio de futebol, houve mais dois ataques islamitas que ocorreram já fora do período em análise, mas cuja relevância é indiscutível. Em 14 de julho, Mohammed Laouhaiej conduziu um caminhão através das multidões em Nice, quando milhares de pessoas observaram os fogos de artifício para celebrar o Dia da Bastilha, feriado nacional na França. Na altura em que a polícia conseguiu matar Laouhaiej a tiro ao volante do veículo, oitenta e quatro pessoas tinham sido mortas e 400 ficaram feridas. Embora nenhum grupo específico tenha admitido a realização do ataque, o primeiro-ministro Manuel Valls disse à *France 2 television* que Laouhaiej era um “terrorista sem dúvida ligado ao Islamismo radical de uma maneira ou de outra”.^[5]

Em 26 de julho, dois jovens de 19 anos em Saint-Étienne-du-Rouvray, na Normandia, degolaram o Padre Jacques Hamel, de 85 anos, quando este celebrava a Missa matinal, e feriram gravemente um outro membro da congregação. Os dois agressores foram mortos a tiro pela polícia no exterior da igreja. O EI disse que dois dos seus “soldados” tinham realizado o ataque e ambos eram conhecidos dos serviços de segurança franceses por terem regressado após tentarem juntar-se ao EI na Síria.^[6]

Proibição de vestuário religioso

Em 1º de setembro de 2015, o Ministério do Interior anunciou que nos últimos quatro anos foram relatadas 1.546 infrações pela polícia: cerca de 234 mulheres em 2011, 332 em 2012, 383 em 2013 e 397 em 2014. Nos primeiros nove meses de 2015, foram relatados 200 infratores.

[1] BBC News, ‘Paris attacks: What happened on the night’, 9 de dezembro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-34818994>).

[2] Rukmini Callimachi, ‘ISIS Claims Responsibility, Calling Paris Attacks ‘First of the Storm’, The New York Times, 14 de novembro de 2015 (<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-34818994>).

[3] France 24 (<http://f24.my/10zinpY>).

[4] AFP ‘French Muslim body to create ‘licence to preach’ for imams’, 24 de novembro de 2015, Yahoo News (<https://goo.gl/hAh22B>).

[5] <http://www.bbc.com/news/world-europe-36808020>

[6] <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-36900761>

A própria multa de 150€ provou não ser muito convincente. Rachid Nekkaz, um empresário imobiliário argelino oportunista, criou um fundo para pagar multas de mulheres que usem o véu islâmico em público “em qualquer país do mundo que proíba as mulheres de o fazer”^[7] Comprometeu-se a pagar a maior parte das multas. Em 9 de outubro de 2015, disse à AFP que tinha acabado de pagar a “sua” 973ª multa e que tinha assim ajudado 683 mulheres: a maior parte delas eram reincidentes e dois terços eram mulheres francesas convertidas.

Em 1º de julho de 2014, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos confirmou a proibição da França do uso do véu muçulmano total, o *niqab*.^[8] Um caso foi apresentado por uma mulher francesa de 24 anos, que argumentou que a proibição de usar o véu em público violava a sua liberdade religiosa e de expressão.

Uso de símbolos religiosos visíveis

No final de abril de 2015, uma muçulmana francesa de 15 anos em Charleville-Mezieres foi proibida por duas vezes de usar na sua turma uma saia que era muito comprida e, por isso, supostamente uma manifestação visível da religião.^[9] A aluna já tinha aparentemente retirado o véu antes de entrar na escola, de acordo com a lei francesa. Mas a sua saia comprida foi considerada uma “provocação” e um potencial ato de protesto.

Algumas questões cristãs

Nos primeiros cinco meses de 2016, o *website christianophobie.fr*^[10] registrou 233 atos de cristianofobia perpetrados em 47 departamentos.^[11]

Em abril de 2016, mais de 100 *websites* de igrejas e congregações católicas foram pirateados por ciberjihadistas tunisinos denominados *Fallaga Team*.^[12] O grupo reivindicou a responsabilidade pela operação na sua página de Facebook.

Em 15 de maio de 2016, o altar da Igreja de St. Madeleine-de-l'Île, em Martigues, cerca de 800 km a sul de Paris, foi vítima de um incêndio intencional. Nesse dia, na mesma região, um desconhecido profanou o sacrário da igreja de Jonquières, que continha hóstias consagradas.

Em 2015, muitos casos de violência contra locais de culto, edifícios e cemitérios católicos foram registrados pelo

[7] France 24, ‘French businessman ‘to pay all burqa fines’, News 24, 19 de agosto de 2016 (<http://www.france24.com/en/20110819-french-businessman-pay-all-burqa-fines-belgium-rachid-nekkaz/>).

[8] Ver decisão do tribunal em <http://www.strasbourgconsortium.org/portal.case.php?pageld=10#caseld=864>.

[9] <http://www.bfmtv.com/societe/une-collegienne-exclue-a-cause-de-sa-jupe-trop-longue-881835.html>

[10] www.Christianophobie.fr

[11] Mapa dos atos cristianofóbicos na França (<http://www.christianophobie.fr/la-carte-de-france-des-actes-christianophobes#.V2AMyDff3uh>).

[12] Ver <http://www.la-croix.com/Urbi-et-Orbi/France/Des-sites-catholiques-pirates-par-des-cyberdihadistes-tunisiens-2016-04-19-1200754518>

Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos.^[13] Alguns exemplos:

Janeiro de 2015: Homens desconhecidos arrombaram a porta do sacrário da Igreja de Notre-Dame-des-Marais, em Montluel, e roubaram o cálice e as hóstias consagradas. No domingo seguinte, a Missa matinal teve de ser transferida para a vila vizinha de Dagneux e a igreja permaneceu fechada durante cinco dias.

Fevereiro de 2015: O canal de notícias francês BFMTV relatou estatísticas sobre profanação de cemitérios em 2014. Relatou 206 casos relativos a cristãos, seis casos em cemitérios judaicos e quatro casos em cemitérios muçulmanos.

Março de 2015: Na Igreja de Saint-Elisabeth, em Paris, homens desconhecidos cometeram atos de vandalismo e sacrilégio numa obra de arte por trás do coro, aos pés da cruz.

Abril de 2015: A polícia francesa deteve um muçulmano argelino suspeito de planejar um ataque a ‘uma ou duas igrejas’ perto de Paris. De acordo com o procurador de Paris, documentos ligados à al-Qaeda e ao EI foram encontrados no seu apartamento e um contato na Síria tinha o aconselhado a atacar igrejas.

Maior de 2015: Um juiz na pequena vila de Ploermal ordenou que fosse retirada uma estátua do Papa São João Paulo II por causa do “caráter ostensivo” do monumento.

Junho de 2015: Em nome da laicidade, a RATP (agência de transportes de Paris) obrigou à retirada da frase “a favor dos Cristãos do Oriente Médio” de cartazes que anunciavam um concerto do grupo “Les Prêtres” (Os Padres) no metrô. A RATP afirmou “o princípio da neutralidade do serviço público no contexto de um conflito armado no estrangeiro” como razão por detrás da remoção dos 250 cartazes. A Coordenação dos Cristãos do Oriente (CHREDO) apresentou uma queixa para ser autorizada a usar os termos “a favor dos Cristãos do Oriente Médio”, argumentando que os cristãos do Oriente Médio eram vítimas do conflito e não agressores. Em 12 de junho, Alain Vidalies reuniu com uma delegação da CHREDO, afirmando o seu apoio aos cristãos do Oriente Médio e reconhecendo que eles eram vítimas. Depois de se reunir com a presidente da RATP, Borne, admitiu que tinha havido um erro de apreciação e a queixa foi retirada. Contudo, no mesmo mês, a RATP aceitou um cartaz publicitário da empresa telefônica Lebara Mobile que desejava aos seus clientes um “Feliz Ramadã” em francês e árabe.

Agosto de 2015: Agentes da polícia local encontraram quarenta túmulos profanados num cemitério na vila de Labry, no nordeste da França. Trinta e cinco ornamentos funerários, sobretudo cruzeiros e placas, foram retirados e quatro foram quebrados.

[13] http://www.intoleranceagainstchristians.eu/fileadmin/user_upload/reports/Report_2015_Release_June_2016.pdf

Setembro de 2015: A destruição de quarenta e três túmulos foi descoberta na pequena aldeia francesa de Montjavoult. Foram pintadas suásticas em seis túmulos e cruzes foram quebradas e deixadas no chão.

Outubro de 2015: Uma estátua da Virgem Maria foi decapitada em Aisne. Tinha sido erigida apenas dois meses antes.

Dezembro de 2015: Manjedouras de Natal foram vandalizadas em Aix-en-Issart, Chaville, Villejuif e Lapoutroie. Foram também relatados casos de incêndio intencional em Giraumont e Maseveaux.

Algumas questões judaicas

Apesar do fato da maior parte do povo Francês ter atitudes favoráveis com os Judeus, os atos de violência antissemita, destruição de propriedade e discurso de ódio estão aumentando. Além de um antissemitismo de extrema direita antigo e em diminuição, uma nova forma emergiu. Estas novas fontes vêm de cidadãos franceses de cultura muçulmana; de imigrantes do Oriente Médio e do Norte da África; e de jihadistas nascidos na França que voltam para a casa depois de combaterem na Síria.

Os crimes antissemitas relatados na França mais do que duplicaram entre 2014 e 2015, de acordo com um relatório da organização *Human Rights First*.^[14]

Em janeiro de 2016, um cidadão turco de origem turca com 15 anos esfaqueou um professor judeu no ombro, na cidade francesa de Marseille. Disse à polícia que o tinha atacado em nome do EI.

Em janeiro de 2015, um cúmplice dos atiradores do Charlie Hebdo atacou um mercado kosher numa zona judaica de Paris. Matou quatro reféns a sangue frio e sem misericórdia apenas porque eram judeus.

Em dezembro de 2014, assaltantes armados entraram numa residência suburbana de Paris pertencente a um casal judeu, os roubaram e violentaram a mulher. Durante o roubo, um dos assaltantes disse: "Onde é que escondem o dinheiro? Vocês, judeus, têm dinheiro."

Em 2015, aproximadamente 8 mil judeus franceses emigraram para Israel, o que tornou a França na maior fonte de imigrantes para Israel, e muitos mais emigraram para o Reino Unido e o Canadá.

Algumas questões de cultos

Nenhuma comunidade religiosa ou de crença da lista francesa de seitas/cultos foi condenada por acusações criminais em 2015-2016, mas a agência estatal MIVILUDES foi considerada culpada de difamação contra a Sociedade Francesa para a

Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) pelo Tribunal de Recurso em Paris, em 2 de julho de 2015. Em outro julgamento, em 20 de novembro de 2015, o Tribunal de Recurso de Paris ordenou que o movimento antisseita UNADFI pagasse 21.000 € à Igreja da Cientologia e aos seus membros por ter abusado do processo legal, agindo como contrários à Igreja em um julgamento que ocorreu em 2009 na primeira instância e em 2011 no recurso.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O princípio da laicidade (separação entre o Estado e a religião) na França é um valor fundamental que é totalmente apoiado por todos os partidos políticos e pela opinião pública. Ao longo do séc. XX, a Igreja Católica, as Igrejas Protestantes e o Judaísmo conseguiram progressivamente integrar as suas práticas religiosas neste quadro constitucional e legal imposto pela Lei de 1905. O Islamismo, que é majoritariamente importado para o país através da migração das suas antigas colônias, ainda tem de misturar-se com a cultura do secularismo e pode esperar-se que as tensões entre o Estado e algumas partes da comunidade muçulmana vão persistir no futuro próximo, em especial no atual contexto geopolítico global.

Os Governos franceses tentaram sempre promover a harmonia religiosa e têm se comprometido a não deixar impunes o discurso e os crimes de ódio. Contudo, são agora confrontados por novos desafios por causa do aumento dos atos de violência e hostilidade social que não poupam qualquer grupo religioso.

A frequência contínua e a crueldade dos ataques em território francês por extremistas islâmicos radicais terá necessariamente consequências na vida diária da sociedade francesa e, em especial, nos assuntos relacionados com a harmonia religiosa.

[14] <http://www.humanrightsfirst.org/resource/breaking-cycle-violence-counteracting-antisemitism-and-extremism-france>